

Crescimento zero em 1984

por Celso Pinto
de Brasília

O déficit público, previsto em 2,9% do Produto Interno Bruto, até o fim deste ano, deverá cair para algo entre zero e 0,5% do PIB em 1984, segundo o esboço básico do novo acordo com o Fundo Monetário Internacional. Uma diferença que significa Cr\$ 1 trilhão.

Em 1984, o Brasil deverá gerar um superávit de US\$ 9 bilhões na balança comercial e o Produto ficará estagnado. No entanto, a necessidade de obter um déficit em contas correntes de US\$ 5 a 6 bilhões poderá levar o País a um superávit comercial acima até dos US\$ 9 bilhões.

A insistência do Fundo em relação ao déficit em transações correntes não é originada apenas por uma obstinação pelo acordo original. A negociação com o Fundo, para a fixação de metas, é feita simultaneamente a uma consulta com os bancos internacionais, para saber o que é possível contar em empréstimos. Os bancos foram taxativos: não querem colocar, no Brasil, no próximo ano, mais de US\$ 4,8 bilhões em novos empréstimos (além de transformar amortizações de US\$ 5,1 bilhões em empréstimos de oito anos de prazo e três de carência). Além disto, os bancos, desde o início, insistiram em que o Brasil ampliasse o envolvimento dos governos centrais na questão brasileira, renegociando seu débitos no Clube de Paris.

Em outros termos, o que se fez em relação ao balanço de pagamentos do próximo ano é algo semelhante ao que se fez para este ano: uma conta de chegar. Havia um dado, ou seja, a dis-

posição dos bancos para novos empréstimos. Outro dado incontornável para a composição do déficit em transações correntes era o nível de pagamento de juros e de outros serviços (calcularam-se US\$ 11 bilhões para os juros, e US\$ 3,5 a US\$ 4 bilhões para outros serviços).

A única variável passível de ser alterada por um esforço de política interna era o tamanho do superávit comercial. Ora, como os juros mais outros serviços somavam cerca de US\$ 15 bilhões, e o "GAP" não poderia ultrapassar algo entre US\$ 5 bilhões ou US\$ 6 bilhões, pois não haveria dinheiro para financiá-lo, estabelece-se o superávit comercial de US\$ 9 bilhões para cobrir esta diferença.

CÁLCULO

Acontece que o cálculo dos juros tomou por base uma taxa média de juros internacionais de 10% — e a taxa real já supera 11%. O tamanho da dívida externa total (deve fechar em US\$ 92 bilhões este ano) faz com que cada ponto percentual de acréscimo dos juros internacionais represente cerca de US\$ 700 milhões adicionais. Isto quer dizer que, caso a média dos juros fique 1 ou 2 pontos acima do estimado, haverá US\$ 1 bilhão ou US\$ 1,5 bilhão de "buraco" adicional que só poderia ser coberto de uma forma: ampliando ainda mais o superávit da balança comercial.

Os bancos, até agora, estão inflexíveis na idéia de não ultrapassar os US\$ 4,8 bilhões em novos empréstimos, mas o tema continua na mesa de conversas. A missão de economistas do Comitê Consultivo dos Bancos, que está em Brasília, vai levantar os dados mais

atualizados do balanço e recheckar sua posição. De outro lado, o Brasil insistirá em obter mais flexibilidade nestas contas, tanto junto aos bancos quanto ao FMI.

Ao lado desta ofensiva central na renegociação da dívida em 1984, um esforço paralelo está sendo feito pelo presidente do Banco do Brasil, Oswaldo Colin. Pelo que apurou a editora Célia de Gouvêa Franco, a viagem de Colin, segunda-feira, para os Estados Unidos, servirá para uma sondagem inicial junto aos bancos pequenos e médios de Miami, Atlanta, Dallas, San Francisco, Los Angeles e Houston para saber se eles participariam deste processo de renegociação para o próximo ano. Colin retorna na próxima semana.

Todo este quadro deixa cristalina e claramente que o Brasil já está em meio à renegociação de sua dívida, mas que este processo, ao contrário do que sugerem alguns membros do governo, empresários e oposicionistas, não será nem amplo nem inovador. Na realidade, repetirá o esquema geral do ano passado: fica limitado apenas a um ano, envolve reescalamento apenas das amortizações, e exige o cumprimento de metas econômicas duríssimas para que haja liberações, trimestrais, de recursos. O único dado novo é a inclusão do Clube de Paris, por insistência, dos bancos: sua importância no entanto, é pequena em termos de recursos e seu objetivo é muito mais político: é uma forma de repartir, também com os governos dos países desenvolvidos, o ônus de enfrentar a crise brasileira.